

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E  
GÊNEROS – GEPEM  
19 a 21 de novembro de 2019  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT5 – GÊNERO, SAÚDE E VIOLÊNCIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E TERRITÓRIO: considerações  
sobre as violações de direitos humanos de meninas  
ribeirinhas do Arquipélago do Marajó**

Letícia Costa de Carvalho  
Universidade Federal do Pará – campus  
universitário do Marajó – Breves

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães –  
Universidade Federal do Pará – campus  
universitário do Marajó – Breves

Nilza de Sousa Medeiros  
Universidade Federal do Pará – campus  
universitário do Marajó – Breves

**RESUMO:** Tratamos sobre o quadro de violações de direitos humanos vivido por meninas ribeirinhas que vivem nos rios do Marajó. Objetivos: i). Debater sobre a exploração sexual e trabalho infantil a partir dos conceitos de interseccionalidade e território e ii). Realizar levantamento de registros sobre as principais violações sofridas por meninas ribeirinhas no Marajó. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental, tendo como corpus matérias disponibilizadas em sites e jornais eletrônicos. Se torna necessário processos analíticos que tomem a problemática das violações de direitos humanos da infância no Marajó numa perspectiva de totalidade, visto que é resultado da pobreza, aliada às relações de gênero que foram historicamente impostas às mulheres marajoaras, que elaboram estratégias de resistência diante um território que concentra diferentes desafios para a efetivação de políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interseccionalidade. Território. Amazônia Marajoara. Direitos Humanos. Ribeirinhos.

**ABSTRACT:** We deal with the situation of human rights violations experienced by riverside girls living in the Marajó rivers. Objectives: i). Debate on sexual exploitation and child labor from the concepts of intersectionality and territory and ii). Conduct survey of the main violations suffered by riverside girls in Marajó. We carry out bibliographic and documentary research, having as corpus materials available on websites and electronic journals. Analytical processes are needed to address the problem of human rights violations of children in Marajó from a total perspective, since they are the result of poverty, allied to the gender relations that were historically imposed on Marajo women, who elaborate strategies of resistance to a territory that concentrates different challenges for the implementation of public policies.

**KEYWORDS:** Intersectionality. Territory. Amazon Marajoara. Human rights. Riverside.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado parcial de observações iniciais e levantamento bibliográfico realizado pelo grupo de pesquisa DHIDAM, que ao partir de uma proposta interdisciplinar tem seus estudos e pesquisas voltados para o fortalecimento social e científico da região marajoara. Assim, com o objetivo de debater sobre a exploração sexual e trabalho infantil a partir dos conceitos de interseccionalidade e território, realizamos um levantamento de registros sobre as principais violações sofridas por meninas ribeirinhas no Marajó.

Inicialmente abordamos acerca da área rural do Marajó, descrevendo suas principais características e problemáticas, bem como, destacando os impasses que existem para a efetivação de direitos humanos básicos nessa localidade. Num segundo momento, realizamos um recorte de matérias de jornais e *sites* eletrônicos que tratam sobre o quadro de violações sofridas por meninas ribeirinhas no Marajó, para então assim compreendermos como violações de exploração sexual e o trabalho infantil se associam a essas problemáticas, em que as principais atingidas são meninas.

Diante de um quadro de violação diária, sem acesso a água potável, saúde, educação e diversos outros serviços públicos básicos a população ribeirinha tem ganhado destaque em jornais sensacionalistas, que para atraírem audiência, traçam um olhar superficial e preconceituoso sob essas comunidades, geralmente os culpabilizando pela situação em que estão inseridos e deixando de lado a responsabilidade do poder público.

Se torna necessário processos analíticos que tomem a problemática das violações de direitos humanos da infância no Marajó numa perspectiva de totalidade, visto que é resultado da pobreza, aliada às relações de gênero que foram historicamente impostas às mulheres marajoaras, que elaboram estratégias de resistência diante um território que concentra diferentes desafios para a efetivação de políticas públicas.

## **O TERITÓRIO DA AMAZÔNIA MARAJOARA E OS IMPASSES PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Para Dantas e Moraes (2008) o conceito de território está presente em diferentes áreas do conhecimento científico, mas aqui vamos abordar no âmbito da geografia, que descreve o território como uma variação entre uma abordagem jurídica, social e cultural, vinculado a relações que a sociedade estabelece com a natureza, por meio de mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou posse de uma fração do espaço. E através dessa relação surgem as fragmentações deste espaço com diferentes funções na organização, manutenção, gestão, ocupação e entre outros fatores envolvidos.

Partindo desse pressuposto já é possível assinalar que em cada espaço geográfico, ou melhor, em cada região do mundo existe uma forma de vida diferente, com gostos, comportamentos e identidades distintas, pois é justamente esses fatores que diferenciam cada espaço, não se limitando à fauna e a flora ou a quaisquer outros tipos de definição ambiental, mas se estendendo aos povos que estão inseridos nesses territórios. Assim, situamos o arquipélago do Marajó como um espaço distinto por possuir diversas características que são próprias da região amazônica, aqui destacamos a forma de locomoção, que nesta região é feita pelos rios.

Cercado por águas, o arquipélago do Marajó é formado por 16 municípios, sendo considerado a maior ilha fluvial do mundo, segundo Cals (2012 *apud* GUEDES, 2012 p.2) “a população total do Marajó é de 487.161 habitantes, dos quais 56,59% vivem na área rural, e 43,40% na área urbana”. Sarraf (2018, p.64) ao se voltar para a diversidade desse território, se refere a ele como Marajós, que seriam o Marajó das florestas e Marajó dos Campos, que segundo o autor são “distribuídos em regiões de campos naturais, zonas de mata, praias, rios e mar que dão espaços a cidades, vilas, fazendas, povoados, retiros, casas distribuídas irregularmente em longo espaço de rios e florestas”. Dos 16 municípios que compõe essa região, apenas dois não estão abaixo da linha da pobreza (Soure e Salvaterra), sendo que um deles (Melgaço), no ano de 2010 alcançou a última posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano, sendo estigmatizado pela mídia nacional como o pior lugar para se viver.

A região Marajoara tem como principal característica a população da área rural, que é formada por pessoas que residem as margens dos rios, e utilizam deste o meio central de sua subsistência, sendo por este motivo denominados como “ribeirinhos”. Chaves (2001, p.78) diz que “[...] a localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócios históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para determinação da identidade sociocultural [...]” afirmando que os mesmos por possuírem uma relação intrínseca com a fauna e a flora configuram uma referência de população tradicional da Amazônia.

De acordo com o IBGE (2010) o município de Breves, um dos municípios mais desenvolvidos da região marajoara, possui 7.767 domicílios na área rural, já em Melgaço, os domicílios localizados na área rural totalizam 2.988 e ultrapassam os domicílios da área urbana que totalizam 1.052. Vale ressaltar que geralmente estes domicílios são um único cômodo em madeira, que abrigam famílias extensas ou mais de uma família em um único espaço. Esses domicílios podem ser encontrados em duas formas, estando sozinhos, ou seja, sem a presença de vizinhos ou agrupados em vilas e comunidades, onde geralmente

contam com a presença de um representante da igreja que assume a “liderança” da comunidade.

IMAGEM I – Comunidade Ribeirinha Vila Intel



IMAGEM II – Comunidade Ribeirinha Vila Magebras



Fonte: Programa Redes Comunidades Ribeirinhas

Por se tratarem geralmente de localidades extensas e distantes das áreas urbanas, a efetivação de políticas públicas nessas áreas se tornam um grande desafio, é comum, que quando presentes as escolas e postos de saúde se encontrem em condições precárias e de difícil acesso, tornando a população ribeirinha refém de uma realidade que deposita esperança apenas na caridade e ajuda divina. Assim, sobrevivendo da caça e da pesca, e criando suas próprias estratégias de sobrevivência neste espaço de disputas, estas comunidades acabam por serem esquecidas pelo poder público, que geralmente só os procuram em período eleitoral.

IMAGEM III – Posto Bom Jesus



IMAGEM IV – Escola Ribeirinha



Fonte: Programa Redes Comunidades Ribeirinhas

Como podemos observar, as imagens acima retratam o cenário dos serviços prestados na zona rural dos municípios marajoaras, que além de estarem em situação precárias, são os únicos em quilômetros de rios, atendendo uma parte considerável das comunidades ribeirinhas. De acordo com relatos dos moradores, o posto de saúde da foto acima, não dispõe de materiais necessários para o atendimento básico, obrigando a única enfermeira que o posto possui, realizar procedimentos com pouco ou quase nenhum material.

Para se ter acesso a um serviço mais qualificado, os moradores precisam se deslocar a cidade mais próxima, porém, muitas vezes esse deslocamento pode levar mais oito horas, dependendo do rio em que este se encontra. Assim, os moradores criam ferramentas para lidar com situações de emergência, como é o caso dos três partos que ocorreram ainda esse ano no posto de saúde “Bom Jesus” que está localizado na vila Magebras, cerca de duas horas de barco do município de Breves, este, mesmo sem dispor de utensílios para atendimentos especializado acaba muitas vezes procedimentos ultrapassam sua competência, como é o caso dos partos e internações.

As escolas nessas localidades também se encontram em situações precárias, o que rebate diretamente na educação desta população, é comum encontrarmos escolas funcionando em um “barracão” ou lugares improvisados, com anos variados tendo aula na mesma classe, que acaba sobrecarregando o profissional de educação. Por falta de manutenção nas escolas, muitas são fechadas por se tornarem uma ameaça a vida dos alunos, e como forma de solucionar esse descaso os órgãos públicos veem como solução os deslocamentos desses alunos para outras escolas ribeirinhas, que se encontram muitas vezes horas de distância, e sem garantia de transporte.

Diante de um quadro de violação diária, sem acesso a água potável, saúde, educação e diversos outros serviços públicos básicos a população ribeirinha tem ganhado destaque em jornais sensacionalistas, que para atraírem audiência, traçam um olhar superficial e preconceituoso sob essas comunidades, geralmente os culpabilizando pela situação em que estão inseridos e deixando de lado a responsabilidade do poder público.

### **MENINAS RIBEIRINHAS NOS JORNAIS: o retrato de uma visão sensacionalista**

Lopes (2012, p.21) argumenta que “[...] questões relevantes que estimulam o interesse de compreender a infância ribeirinha está relacionado às expressões da questão social na Amazônia, ou seja, a pobreza, a miséria, a violência, a falta de saneamento básico, saúde e etc.”, o que nos permite observar que as mais atingidas por esse quadro de violação são as mulheres e meninas, principalmente quando nos voltamos para as meninas negras, pois segundo Biroli (2018) as mulheres negras acompanhadas de seus filhos,

ocupam a faixa mais pauperizada da sociedade. Comumente nos deparamos com notícias que envolvem em suas chamadas palavras chaves como “Marajó”, “prostituição” e “meninas”, por tal fato, não nos é estranho o termo equivocado “meninas balseiras”, que estigmatiza as meninas ribeirinhas vítimas de exploração e abuso sexual.

Tais notícias acabam ganhando destaque nacional e configurando o território Marajoara como espaço de violação e abandono, Guedes (2012, p.1) sintetiza que “para a mídia, em um contexto de extrema pobreza como afirma ser a realidade do arquipélago do Marajó, as únicas opções de sobrevivência verificadas são: a mendicância, o comércio informal de produtos alimentícios regionais e a prostituição” o que descaracteriza o Estado como sendo um dos maiores responsáveis pela situação dessas comunidades.

Temas como prostituição infantil no Marajó tem ganhado visibilidade desde meados de 2008, quando denúncias do então Bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona, tomaram notoriedade. De acordo com o Jornal Extra, em matéria publicada em abril de 2008, o Bispo afirma que crianças se prostituíam em troca de comida, sendo muitas vezes levadas pelos próprios pais nas embarcações. O mesmo tema foi abordado pelo G1 Pará, em matéria publicada em agosto de 2015, no qual o bispo afirma que já viu uma mãe que levava uma menina de aproximadamente 10 anos para uma dessas balsas.

É necessário destacar que estas meninas adentram as balsas com o intuito de vender seus produtos (farinha e frutos regionais), e acabam se tornando alvos vulneráveis a todo e qualquer tipo de violação. Neste contexto, é necessário destacar que a culpabilização da família sempre é o foco principal, todavia é necessário ir além deste pensamento e compreender que estas famílias também são violadas, e por tal, acabam reproduzindo tais violações. Acosta e Vitale (2005, p.23) sintetizam que “ A família precisa encontrar nos serviços e programas de políticas públicas o suporte necessário para a proteção e o exercício dos direitos de seus membros” afirmando que nem tudo se resolve na competência dos recursos da família.

Recentemente a atual ministra da Mulher, da família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, lançou o projeto “Abraço o Marajó” que segundo a ministra vem a ser um projeto voltado para a erradicação da exploração sexual de meninas na região, todavia, ao se referir a essa problemática, que como já expomos tem sua gênese em aspectos profundos da questão social, a mesma recaiu mais uma vez a culpa sob as vítimas e suas famílias, afirmando que as meninas no Marajó são abusadas sexualmente por não usarem calcinhas, o que tornou o Marajó, mais uma vez assunto na mídia nacional e internacional.

Em novembro de 2019, a BBC News Brasil, publicou a matéria “por que a Amazônia é o pior lugar do Brasil para ser criança”, esta matéria traz em sua redação visões diferentes

de educadores, agente de saúde, pesquisadores acadêmicos, promotores de justiça, ONGS e moradores locais, que trazem o seu olhar sob as diversas notícias que envolvem a região. É importante destacar a necessidade aqui do local de fala, deixando claro a existência de diversas iniciativas já realizadas na região marajoara por profissionais que aqui estão, movimentos sociais e pela própria Universidade, que na fala infeliz da então ministra Damares foram atacados e invisibilizados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como forma de compreensão da Amazônia marajoara por meio de levantamento bibliográfico voltados para as comunidades tradicionais que residem as margens desses rios, destacamos que as formas de vida dessa população que ainda resistem a um sistema opressivo, sem políticas criadas para atender suas especificidades, necessitam de um olhar especial, pois se tratam de pessoas que tem seus direitos garantidos apenas no plano normativo, e acabam depositando sua esperança na ajuda divina.

Ao nos voltarmos para notícias publicadas em matérias de jornais eletrônicos, observamos que o maior número de violações recaí sob as meninas ribeirinhas, estas, ao serem inseridas em um contexto diário de violação tem seus corpos vistos como simples mercadoria e mão de obra barata, usando como base a afirmação de Fonseca e Shuch (2009) que sintetizam que vivemos em um contexto que enfatiza a “universalização da infância”, mas não a universalização das condições para acesso à infância, destacamos que tais matérias analisada geram a proliferação de discursos que culpabilizam pais e responsáveis por essas crianças, eximindo o Estado de suas responsabilidades, desconsiderando que a família só poderá oferecer proteção se também for protegida.

Afim de desconstruir com posicionamentos como os proferidos pela atual ministra da Mulher, da família e dos Direitos Humanos, e assim propor um trabalho intersetorial, que venha apontar reais alternativas para o enfrentamento não só do abuso e exploração sexual, mas bem como das diversas violações que envolvem as crianças marajoaras, os projetos de extensão e pesquisa “Direitos Humanos e Infância no Marajó” que hoje fazem parte do programa DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIAS E DIVERSIDADE NO ÁRQUIPELAGO DO MARAJÓ – DHIDAM, recentemente aprovado pelo Programa de Extensão Inclusiva Avançada – Marajó, edital nº02/2019 – UFPA, promovem seminários e rodas de conversa a fim de levantar debates e criar estratégias conjuntas para a promoção e garantia de direitos humanos das crianças e adolescentes marajoaras, bem como fortalecer as políticas públicas já existentes na região.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller. **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Bispo do Marajó denuncia a exploração sexual na região. **Jornal On-line Extra**. 14 de abril de 2008. Disponível em: [www.extra.glo.com](http://www.extra.glo.com). Acesso em: 09 de novembro de 2019.

CHAVES, Maria P.S.R. **Uma experiência de pesquisa- ação para gestão comunitária de tecnologia apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento da reforma agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em política científica tecnológica)- Universidade Estadual de Campinas, SP.

Crianças são vítimas de exploração sexual na ilha do Marajó, no Pará. Brasil. **G1PA**, 2015. Disponível em: [www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com). Acesso em: 09 de novembro de 2019.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAES, Ione Rodrigues Diniz (org.). **Território e Territorialidade: abordagens conceituais**. UFNR/ Biblioteca Central “Zília Mamede”, 2008. Disponível em: [www.ead.uepb.edu.br](http://www.ead.uepb.edu.br). Acesso em: 07 de novembro de 2019.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUEDES, Leonildo Nazareno. **“BALSEIRAS” NA IMENSIDÃO FLUVIAL: UMA ETNOGRAFIA SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS E AMOROSAS PELO RIO TAJAPURU (MARAJÓ DAS FLORESTAS)**. Disponível em: [www.eventoufal.br](http://www.eventoufal.br). Acesso em: 8 novembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [ww2.ibge.gov.br](http://ww2.ibge.gov.br). Acesso em: 20 de julho de 2019.

LOPES, Adrea Simone Canto. **A construção da identidade da infância na Amazônia ribeirinha: Ilha de Cotijuba**. Belém- Pará. 2012.. 209f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Ciências Econômicas da UFRS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Cartografias & fotografia das águas: modos de vida e luta na Amazônia marajoara**. Iluminarias, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63 – 98, jan/jul. 2018.

Por que a Amazônia é o pior lugar do Brasil para ser criança. **BBC News**. Brasil, 2019. Disponível em: [www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com). Acesso em: 09 de novembro de 2019.